



CONTRIBUIÇÕES DE UM PROJETO DE EXTENSÃO PARA A QUESTÃO DA RECONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL HOJE

CONTRIBUTIONS OF AN EXTENSION PROJECT TO THE ISSUE OF RECONSTRUCTING DEMOCRACY IN BRAZIL TODAY

APORTES DE UN PROYECTO DE EXTENSIÓN A LA CUESTIÓN DE LA RECONSTRUCCIÓN DE LA DEMOCRACIA EN EL BRASIL HOY

Maurício Mogilka¹

Resumo: Este artigo apresenta as características, a base teórica, os objetivos, a metodologia e alguns resultados do projeto de extensão “Educação, teorias críticas e processos emancipatórios”, desenvolvido na Universidade Federal da Bahia entre 2018 e 2023, na cidade de Salvador. O artigo mostra como o projeto desenvolveu, junto com os agentes sociais atendidos, algumas reflexões sobre questões políticas urgentes no Brasil hoje, tanto para a democracia como para os movimentos sociais, especialmente neste momento de luta contra a hegemonia fascista. O artigo mostra como o projeto se inspirou teoricamente no humanismo crítico, definido aqui como uma grande abordagem e não como teoria específica. Dentro desta abordagem geral, a principal referência teórico-metodológica usada neste projeto de extensão foram as teorias latino-americanas da libertação, especialmente a educação popular. Finalmente apresenta como resultados qualitativos as reflexões desenvolvidas ao longo do projeto com os agentes dos movimentos sociais, sobre quatro questões: 1. A extrema-direita no poder; 2. O papel da classe média na reconstrução da democracia; 3. O que é o estado; 4. A democracia participativa.

Palavras-chave: Extensão universitária. Educação popular. Extrema-direita. Democracia participativa.

Abstract: *This article presents the characteristics, theoretical basis, objectives, methodology and some results of the extension project “Education, critical theories and emancipatory processes”, developed at the Federal University of Bahia between 2018 and 2023, in the city of Salvador. The article shows how the project developed, together with the social agents served, some reflections on urgent political issues in Brazil today, both for democracy and social movements, especially at this time of struggle against fascist hegemony. The article shows how the project was theoretically inspired by critical humanism, defined here as a broad approach and not as a specific theory. Within this general approach, the main theoretical-methodological reference used in this extension project was Latin American liberation theories, especially popular education. Finally, it presents as qualitative results the reflections developed throughout the project with agents of social movements, on four issues: 1. The extreme right in*

¹ Doutor em Educação, pela Faculdade de Economia, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Associado da Faculdade de Educação, da UFBA. Atua na extensão universitária, com assessoria e formação em projetos, organizações e movimentos sociais. Salvador, Bahia, Brasil.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9441-6140> E-mail: mmogilka@ufba.br

power; 2. The role of the middle class in rebuilding democracy; 3. What is the state; 4. Participatory democracy.

Keywords: university extension; popular education; far right; participatory democracy.

Resumen: Este artículo presenta las características, fundamentos teóricos, objetivos, metodología y algunos resultados del proyecto de extensión “Educación, teorías críticas y procesos emancipadores”, desarrollado en la Universidad Federal de Bahía entre 2018 y 2023, en la ciudad de Salvador. El artículo muestra cómo el proyecto desarrolló, junto con los agentes sociales atendidos, algunas reflexiones sobre cuestiones políticas urgentes en el Brasil de hoy, tanto para la democracia como para los movimientos sociales, especialmente en este momento de lucha contra la hegemonía fascista. El artículo muestra cómo el proyecto se inspiró teóricamente en el humanismo crítico, definido aquí como un enfoque amplio y no como una teoría específica. Dentro de este planteamiento general, el principal referente teórico-metodológico utilizado en este proyecto de extensión fueron las teorías de la liberación latinoamericanas, especialmente la educación popular. Finalmente, presenta como resultados cualitativos las reflexiones desarrolladas a lo largo del proyecto con agentes de los movimientos sociales, sobre cuatro temas: 1. La extrema derecha en el poder; 2. El papel de la clase media en la reconstrucción de la democracia; 3. ¿Qué es el Estado? 4. Democracia participativa.

Palabras clave: extensión universitaria; educación popular; más a la derecha; democracia participativa

O projeto Educação, teorias críticas e processos emancipatórios: seus objetivos, metodologia e fundamentos teóricos

Este artigo apresenta as características, a base teórica, os objetivos e alguns resultados do projeto de extensão “Educação, teorias críticas e processos emancipatórios”, desenvolvido na Universidade Federal da Bahia entre 2018 e 2023, na cidade de Salvador.

Este projeto teve como um dos seus objetivos contribuir para superar um dos maiores problemas do trabalho social na América Latina: as lacunas na formação teórica dos agentes sociais, inclusive dos agentes sociais secundários. E a teoria é um dos fatores possibilitadores da transição das práticas para práxis. Investir no desenvolvimento teórico dos agentes sociais secundários é investir na transformação da realidade, pois eles já estão engajados em práticas com a população.

Quando não estão diretamente nestas práticas, estão sempre em contato com os agentes sociais primários. Por isto o trabalho do agente social secundário, quando mais crítico, é vital para o aprofundamento e radicalização do trabalho dos agentes sociais primários, pois compartilham com estes últimos saberes e capacidades que a eles foi historicamente negado, especialmente nos países em desenvolvimento. O agente social secundário é como uma ponte



entre os trabalhos na ponta dos serviços sociais e os locais onde estes saberes e capacidades são mais intensamente produzidos (universidades, centros de pesquisa, órgãos governamentais, etc.).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento de agentes sociais secundários e o foco na ideia de formar multiplicadores, tão cara ao paradigma da educação popular, é uma das formas através das quais as forças progressistas das sociedades atuais contribuem para superar a divisão social do trabalho. Ou seja, a rígida divisão, fundamental à manutenção das sociedades de classe, entre pessoas formadas para executar, produzir ações, obedecer, de um lado, e pessoas formadas para pensar, gestar, planejar, decidir, de outro.

Um outro objetivo deste projeto foi transformar os encontros em momentos em que o grupo exercite o pensar o novo, ou seja, pensar e ultrapassar os limites já conhecidos sobre o trabalho social e sobre as grandes questões sociais no Brasil e na América Latina. Assim, os participantes encontram estímulos para compreender estes limites e desloca-los, projetando o trabalho e os movimentos sociais para outra potência, outras fronteiras, outros patamares. Este projeto pretendeu então desenvolver um processo de conscientização-capacitação com agentes sociais secundários, ou agentes sociais primários, que já possuem o desejo de ingressar na pós-graduação *stricto sensu*.

Por estes motivos o projeto aqui apresentado, Educação, teorias críticas e processos emancipatórios, pretendeu contribuir para que a universidade pública, neste caso específico a Universidade Federal da Bahia (UFBA), possa expandir sua vocação para ser um desses espaços de participação democrática e de fortalecimento do trabalho social. E o modo do projeto atuar nessa intenção é através da participação do seu coordenador-mediador (autor deste artigo), realizando rodas de conversa, cursos de extensão com agentes sociais que desejam ingressar em algum tipo de pós-graduação e assessoria a movimentos sociais.

O apoio teórico do projeto veio em parte das reflexões sociais e teóricas e da experiência social do coordenador do projeto, atuando como educador e trabalhador social desde 1985. Outro suporte importante deste projeto veio do humanismo crítico. Aqui, este conceito é tomado para denominar uma abordagem ampla, e não apenas uma teoria. Assim, foram utilizados diferentes autores ou correntes, desde que possuíssem características do humanismo crítico. Tais características são:

- 1) A centralidade do bem-estar de todos os seres humanos do planeta, na definição de políticas, finalidades e ações.



- 2) A crença na capacidade do ser humano, desde que encontre condições mínimas, se autogovernar coletivamente, não precisando de um poder externo para comandá-lo (classe dominante, tiranos, tecnocracia, religiões conservadoras; partidos).
- 3) A crença na capacidade do ser humano, ao se humanizar, desenvolver valores e formas de convivência solidárias, justas e identificadas com o bem comum e com as necessidades dos outros.
- 4) A ideia segundo a qual a realidade é transformável e não estática.
- 5) Trabalhar, na teoria e na prática, com os seres humanos concretos e não com uma essência abstrata e ideal de humanidade.
- 6) O princípio de que a transformação da realidade social é consequência da ação coletiva, e não de discursos, pensamentos ou afetos; contudo, as práticas humanas não se convertem em práxis sem o auxílio de discursos, ideias e afetos que transgridam de alguma forma o que está estabelecido pelo sistema opressor.
- 7) As teorias precisam contribuir na transformação da realidade, beneficiando a qualidade de vida dos setores populares nas sociedades contemporâneas. E, para atingir este engajamento, os teóricos precisam ser simultaneamente ativistas sociais, inseridos em algum projeto, comunidade ou movimento social com o qual se identifiquem, sem isto, fica comprometida a articulação teoria-prática-sensibilidade.
- 8) O humanismo crítico é otimista: um otimismo crítico e não ingênuo. Seus agentes políticos, diante das situações socialmente mais adversas, não se entregam ao pessimismo, negativismo ou fatalismo. Diante de tais situações se perguntam, junto com a população: “O que podemos fazer para melhorar isto?”; “Como podemos superar e resolver este problema?”; Estes agentes sabem que o pessimismo, introjetado nos oprimidos, é um dos mais eficazes instrumentos do poder simbólico dominador. Se os oprimidos não confiam em suas próprias capacidades de práxis, isto permite uma enorme economia de energia por parte dos opressores.

Em função desses princípios, o suporte teórico precisou necessariamente fazer as associações entre o trabalho social e as estruturas sociopolíticas, com um horizonte teórico mais extenso, em comparação com as correntes teóricas deterministas. Assim, podemos realizar as articulações citadas sem incorrer em perspectivas reducionistas, que estabeleçam uma hierarquia entre práxis e estruturas políticas: processos de libertação política não estão desvinculados do desenvolvimento pleno dos seres humanos, ou seja da humanização. Isto é condição fundamental para que transformações efetivas na realidade sejam possíveis, e não se



restringam aos aspectos econômicos ou políticos-estatais, produzindo, assim, novas formas de opressão.

Dentro desta abordagem geral, aqui denominada humanismo crítico, a principal referência teórico-metodológica usada neste projeto de extensão foram as teorias latino-americanas da libertação, ou seja, a educação popular, a teologia, a sociologia, a psicologia e a filosofia da libertação, a pesquisa participante, a ecopedagogia e o teatro do oprimido. Estas teorias são utilizadas em uma grande quantidade de países em desenvolvimento, contudo, ainda são insuficientes as oportunidades de capacitação para os educadores e ativistas sociais brasileiros terem acesso, de forma intensiva e extensiva, a estas teorias. A demanda é muito superior ao que as universidades têm oferecido, ainda mais quando estas oportunidades têm caráter formativo e também de intervenção na realidade, como é a intenção deste projeto.

As ideias principais e as metodologias sugeridas pelas teorias da libertação estão claramente na contra-corrente das forças políticas neoliberais e desumanizadoras da atual fase das sociedades capitalistas como a nossa. Trata-se de um pensamento libertário, profundo, amoroso, radical, mobilizador, revolucionário, decolonial. Suas contribuições são inestimáveis no campo da alfabetização, formação, intervenção social, autoorganização de comunidades. É imenso o seu valor para pensar as práticas sociais e as ideias que fundaram o que chamamos de Brasil e América Latina, que são a nossa origem, nosso caldo cultural e nosso horizonte de felicidade.

A educação popular, assim como as demais teorias da libertação, nasceu em plena modernidade, a partir do fim dos anos de 1950. Estas teorias-práxis agregaram importantes elementos emancipatórios da modernidade, como a consciência crítica e a democracia participativa. Contudo, elas também incorporaram elementos que estão além da modernidade, que a ultrapassam e a desestabilizam: incerteza, indeterminação e complexidade, por exemplo. Elas também estão centradas na afetividade e na solidariedade como fundamentos da vida coletiva digna, rejeitando a competição e o individualismo como orientadores da vida social. No plano político, as teorias da libertação apostam no basismo e na horizontalidade e não no dirigismo verticalista de vanguardas intelectuais ou políticas.

A metodologia do projeto pretendeu se constituir, no momento dos encontros, em um fórum de troca de experiências que permitam aos participantes vivenciar modificações subjetivas e elaborar novas percepções da realidade social e da prática. Desta forma, soluções e resultados que foram gerados em um projeto e local específico podem ser socializados e inspirar a solução de problemas em outros locais. Isto é importante, pois ajuda a quebrar o



isolamento que, muitas vezes, atinge os movimentos sociais e os projetos comunitários. O advento das redes sociais reduziu em parte este isolamento, mas não o superou. Isto porque é diferente a troca de experiências presencialmente vivida e a troca digital.

Os princípios metodológicos expostos se realizaram neste projeto através de dois tipos de atividades. No primeiro, foram as rodas de conversa, que ocorreram em projetos de extensão e grupos de pesquisa da UFBA ou em projetos, organizações e movimentos sociais externos à universidade. O tema ou questão-problematizadora desse tipo de intervenção foi algum elemento da realidade que a equipe do projeto considerou relevante para o seu desenvolvimento e para potencializar suas práticas. Este tema era escolhido pela equipe após os contatos iniciais e informado duas ou três semanas antes do evento, para que pudesse ser preparado.

A princípio se pretendeu desenvolver temas ligados às questões mais amplas:

- 1) Ciência, pesquisa-ação e pesquisa participante;
- 2) Modernidade, pós-modernidade e ciência;
- 3) Ciência, positivismo e complexidade;
- 4) Modernidade, colonialidade e epistemologias do Sul;
- 5) Contexto político atual no Brasil, ascensão da extrema-direita e a geração de alternativas.

Nesta forma de intervenção, o planejamento, a busca dos projetos, os contatos, o processo de conhecer o projeto atendido, a própria intervenção, bem como os registros e as sistematizações subsequentes, todas estas atividades foram feitas pelo coordenador e mediador do projeto. Atividades que estão descritas mais detalhadamente, a seguir:

- 1) Contatos iniciais com o projeto a fim de conhecer os fundamentos, objetivos e o público alvo a ser atendido;
- 2) Negociação com a coordenação e com a equipe; definição da infraestrutura necessária ao evento; escolha da questão-problematizadora a ser trabalhada; divulgação do evento;
- 3) Realização de estudos teóricos para embasar a discussão da questão-problematizadora; fontes específicas desse estudo dependerão da questão escolhida pela equipe;
- 4) Realização de estudos teórico-metodológicos para subsidiar a intervenção, especialmente em autores das teorias da libertação;
- 5) Realização da própria intervenção com a participação da coordenação, equipe do projeto e outros agentes sociais convidados pelo projeto;



- 6) Avaliação da experiência (quando possível com a participação da equipe do projeto); registro; sistematização para divulgação e para orientar as próximas intervenções.

A segunda forma de intervenção deste projeto se deu através de cursos de desenvolvimento de agentes sociais, sob a forma de cursos de extensão realizados na UFBA, geralmente com 40 horas de duração e 30 participantes por curso. Estes cursos foram realizados de forma participativa e dialógica. Todos foram realizados na própria UFBA, mas com uma participação alta de agentes sociais externos à Instituição. A metodologia de trabalho se baseou no princípio de construir os conceitos e as soluções para a prática de forma coletiva, a partir das percepções iniciais do grupo.

A intenção foi, através destes cursos, efetivar um processo formativo pela discussão-reflexão-vivência a partir do fundamento da educação popular e suas interfaces com diferentes fenômenos da sociedade (movimentos sociais, marxismo, pós-modernidade, pensamento decolonial, cultura popular, ciência, ong's, estado, capital, neoliberalismo, fascismo, religião). Estes cursos reuniram diversos tipos de agentes sociais, promovendo uma ambiência de diversidade, mutualismo e troca de experiências. Sem rigidez e aberto às mudanças possíveis, a sequência metodológica deste trabalho se deu de forma geral em quatro momentos:

- 1) Ciclo de rodas de conversa: com o grupo em círculo, cada agente social se apresenta, falando o nome e o movimento social ou projeto em que atua. O mediador lança então, para cada um, a questão-problematizadora: “O que você está estudando no momento? O que pretende estudar no mestrado? Já tem objeto de estudo definido?” Neste momento, outros participantes entram no diálogo problematizador que se instaura, e o mediador começa a fazer as mediações dos temas que surgem com as questões teóricas, sociais e políticas mais amplas.
- 2) Ciclo de rodas de conversa: há um aprofundamento e ampliação das questões, sempre em clima de diálogo; o mediador, com ajuda do grupo, procura situar a educação popular e os temas de pesquisa escolhidos por cada participante, no quadro geral das ciências humanas. Procura também sugerir teorias que possam dialogar com estes temas, e indicar programas de pós-graduação (PPG's) e linhas de pesquisa que talvez possam acolher os futuros projetos de mestrado dos participantes.
- 3) Oficinas coletivas de construção de miniprojetos de pesquisa: a turma é dividida em pequenos grupos de três ou quatro participantes; estes grupos realizarão, com assessoria do mediador, miniprojetos de pesquisa com cinco páginas textuais, individuais, mas discutidos coletivamente dentro do pequeno grupo: estes miniprojetos



têm a estrutura básica de um projeto de mestrado, com exceção da metodologia, que não é solicitada; cada participante avançará o que for possível para si, não sendo cobrado um miniprojeto completo ao final do curso; o grau de motivação dos participantes é alto, mas alguns não conseguem completar o miniprojeto.

- 4) Socialização de um dos miniprojetos de pesquisa: o mediador escolhe um dos miniprojetos, geralmente entre aqueles mais completos, maduros e férteis em mediações teóricas e políticas com a realidade atual; todos então recebem uma cópia e de novo em círculo, o projeto é lido em voz alta e pontuado por todos; qualquer participante, além de mediador, pode fazer comentários, perguntas e sugestões; o curso é então encerrado; qualquer um dos agentes sociais pode participar de outras edições do curso, aprofundando seu processo de capacitação, o que ocorre com frequência.

Alguns resultados qualitativos do projeto de extensão

O projeto de extensão produziu resultados quantitativos, como publicação de artigos em revistas científicas, realização de rodas de conversa, cursos de extensão com agentes sociais e assessorias a projetos sociais ou a agentes sociais, individualmente, para capacitá-los ao ingresso na pós-graduação *strito-sensu*. No entanto, por limitações de espaço, serão apresentados apenas alguns resultados qualitativos. Mais especificamente, as reflexões sobre quatro questões que foram desenvolvidos no diálogo com os agentes e com os movimentos sociais:

- 1) A extrema-direita no poder;
- 2) O papel da classe média na reconstrução da democracia;
- 3) O que é o estado;
- 4) A democracia participativa.

Eles não são novos nas teorias, mas na maneira como foram formulados no projeto são interessantes porque traduzem questões científicas ou filosóficas complexas para uma linguagem acessível aos movimentos sociais, tornando tais questões operacionalizáveis na prática da militância.

Além disso, as reflexões sobre estas quatro questões representa uma tomada de posição do coordenador-mediador do projeto em relação a elas, extremamente importante neste momento difícil pelo qual a democracia passa, atualmente, no Brasil. Estas questões são apresentadas de uma forma mais burilada do que ocorreram nas práticas formativas com os



agentes sociais, pois estão no formato para publicação, mas a essência do que foi discutido e refletido está aqui preservada.

A extrema-direita no poder

O governo Bolsonaro resultou do equilíbrio tenso entre quatro forças: neoliberais que aderiram evangélicos, fascistas ideológicos (olavistas) e militares. A militarização do governo é extensa, com grande quantidade de militares nos 1º, 2º e 3º escalões. Isto ocorre, entre outros motivos, para tentar impedir a sua queda, “para impedir a usurpação do poder”, nas palavras do próprio Bolsonaro. Aliás, a militarização do estado e da sociedade civil é uma das características de governos de extrema-direita.

Este tipo de poder vive em constante conflito e se alimenta dele. Isto serve como cortina de fumaça para nublificar suas dificuldades de governar e sua falta de projeto de país. Enfrentamentos com o congresso e o Supremo Tribunal Federal (STF) têm este intento, e têm fortalecido o congresso e produzido um parlamentarismo branco, diminuindo a força do poder executivo.

Assim, a falta de projeto para o país, inclusive a falta até de um projeto de gestão para quatro anos de mandato, explica porque o bolsonarismo se envolve em conflito após conflito: com o judiciário, congresso, OAB, campo progressista, China... Estes conflitos dão a falsa impressão a seus simpatizantes que o governo não governa porque estas forças não permitem. Além disto, esta sequência de conflitos satisfaz uma necessidade psicopolítica da extrema-direita: a presença da guerra constante, a criação interminável de inimigos, capazes de alimentar subjetividades reprimidas, ressentidas e infelizes, principal base subjetiva da extrema-direita.

Estas pessoas estão politicamente doentes, ou seja, se identificam, devido ao processo cultural em que foram formadas, com formas de poder que constroem ou negam a vida, ao invés de realizá-la. Seu estado interno reprimido, de autocontenção, se sente ameaçado com a força e a exuberância da vida quando esta se realiza, se torna plena, potente. A posição teórica assumida neste artigo considera o fascismo resultante de processos políticos de formação cultural, e não como mais uma manifestação de um suposto “instituto de morte” que estaria na constituição dos seres vivos. Os seres vivos não têm instinto de morte, têm instinto de vida. A crueldade e o sadismo não são inatos, mas resultados de uma estruturação psíquica que teve desejos e necessidades fundamentais fortemente reprimidos.



Assim, estes desejos e necessidades só encontram canais de expressão doentios e dolorosos, já que os canais naturais e saudáveis foram interrompidos no processo de formação destas subjetividades. A contribuição de Freud para a compreensão da psique é monumental. Todavia, o mestre vienense, como qualquer outro, seja da cultura científica seja da cultura popular, precisa ser lido de forma crítica. Precisa sofrer uma apropriação seletiva e não irrestrita.

O conceito de instinto de morte é frágil e não encontra respaldo na realidade. Como explicar que a crueldade seja mais rara nas sociedades tradicionais do que nas sociedades civilizadas? E mesmo em nossas sociedades, como explicar que as pessoas mais felizes e mais realizadas não gostam de oprimir? Porque não encontramos pessoas fascistas que não tenham passado por processos de opressão? Além de frágil, o conceito de *instinto de morte* tem resultados politicamente conservadores, mesmo que esta não tenha sido a intenção de Freud. Isto ocorre porque este conceito retira a força da reflexão sobre os processos sociais de produção da opressão. Ele naturaliza e subjetiva a opressão.

A extrema-direita também tem uma relação ambígua com a direita neoliberal. Estas duas vertentes da direita se alinham em algumas pautas, como privatizações e reformas conservadoras, como a da previdência, trabalhista e administrativa; mas se opõem em outras, como o projeto Escola sem Partido e os ataques aos direitos das mulheres, dos negros e da comunidade que abrange pessoas Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais (LGBTQIAPN+). Além disto, parte da economia neoliberal se aliou ao governo e parte não, especialmente setores do empresariado mais ligados à burguesia política, que quer voltar à presidência, posto perdido desde o fim do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Ao contrário do que normalmente pensamos, o bolsonarismo possui um núcleo pensante que é inteligente e sagaz: possui inteligência estratégica apurada e sabe usar bem as crises como fatores fortalecedores do governo. Um exemplo disto é como ele vem usando em proveito próprio a pandemia da Covid-19.

O bolsonarismo tem um projeto político de largo alcance, não é um projeto para um ou dois mandatos. Prova disto é como, durante o período em que esteve no comando do governo federal (2019-2022) tentou aparelhar instituições republicanas, como a escolha de um Procurador Geral da República alinhado com suas causas, escolha de ministros do STF próximos do governo e interferências na polícia federal. Outro exemplo, foi a tentativa de



submeter o comando das forças armadas, com a demissão, em março 2021, do general Azevedo e Silva do Ministério da Defesa, por não se submeter à ideologia da extrema-direita.

No mesmo momento, demitiu também os três comandantes das forças Exército, Marinha e Aeronáutica, não-alinhadas ao bolsonarismo, nomeando outros comandantes alinhados. Este aparelhamento das instituições republicanas, inclusive enfraquecendo as parcelas pró-constituição das forças armadas, é uma das faces mais perigosas do bolsonarismo. Como é obrigado a conviver com a democracia, mas quer ser um regime de exceção, precisa minar a democracia por dentro.

Isto é uma característica do neofascismo contemporâneo. Faltam-lhe duas características fortes do fascismo clássico: um grande partido de massas que lhe dê apoio e a submissão das forças armadas. Daí esta estratégia de minar a democracia “por dentro”, até ela não ter mais forças para reagir. A institucionalidade de modo geral, inclusive aquela de orientação neoliberal que não aderiu ao governo Bolsonaro, joga uma estratégia perigosa ao demorar a reagir com rigor, conforme alertávamos já em 2018 (Mogilka, 2019). Neste tipo de conjuntura política, nunca é demais citar as célebres palavras do poeta brasileiro Eduardo Alves da Costa, no seu poema “No caminho com Maiakovski”, de 1968.

Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.

(Costa, 1992).

Outro fator também contribui para a continuidade desta política de morte. Para entendê-la, precisamos fazer um mergulho nas subjetividades da extrema-direita, penetrar no seu cerne. Estas subjetividades não funcionam de acordo com o consenso, o diálogo e a negociação, fundamentais à democracia, tanto a representativa como a participativa. Se passam a ceder,



tolerar e dialogar já não são o que são, perdem sua identidade. Estas subjetividades funcionam pela violência, conflito e imposição, assim, foram formadas.

O papel da classe média na reconstrução da democracia

Ao trabalhar alguns conceitos políticos fundamentais à reconstrução da democracia com os agentes sociais, foi importante discutir o papel político de uma força ambígua nas sociedades de classe: a classe média.

A classe média é uma parte da população importante para a reconstrução da democracia no Brasil, atuando junto com os setores populares em suas lutas por direitos e dignidade e contra toda forma de opressão. Aliás, ela é importante para qualquer política progressista. Isto porque a classe média teve a chance de desenvolver melhor certas capacidades mentais que foram historicamente negadas ao povo, e que são fundamentais para o sucesso das lutas sociais por direitos e democracia em sociedades complexas como as contemporâneas. Entre estas capacidades mentais, podemos citar, por exemplo, as capacidades de ler e escrever de forma significativa (letramento), de fazer uma análise crítica da sociedade, de contextualizar socialmente um fato, de estabelecer relações de causa e efeito remotas (como identificar as causas estruturais da fome). Isto explica porque os movimentos sociais populares, tão logo se constituem com um mínimo de estabilidade, têm entre suas demandas iniciais, frequentemente, o acesso à educação.

Frequentemente, referimo-nos à classe média como sendo “progressista” ou “conservadora”, ou mesmo “reacionária”. Entretanto, equivocamo-nos ao fazê-lo, pois ela é heterogênea e não homogênea, assim como também é o povo (expressão que usamos na educação popular com bastante precisão, indicando setores de classe que equivalem, na teoria marxiana, a proletariado + lupenproletariado).

Sendo heterogênea, a classe média é composta, ideologicamente, no mínimo por três orientações diferentes, geralmente não-explícitas. Uma destas orientações é composta para pessoas cujo grande objetivo na vida é ascender socialmente à classe dominante (donos dos grandes meios de produção). Estas pessoas têm horror a ser identificadas como trabalhadoras, e seus valores, no geral, são materialistas, individualistas, racistas e, no tocante à classe social, alienados (pois querem ser o que não são [burguesia] e não querem ser o que são [classe trabalhadora]). Esta orientação da classe média hoje está em parte aderida ao neoliberalismo, parte ao bolsonarismo, parte flutuando politicamente.



Uma segunda orientação ideológica dentro da classe média é composta por pessoas que não alimentam grande desejo de ascensão social. Se sentem trabalhadoras, mas não têm expressiva consciência de classe. Parte delas não é reacionária, mas não se identifica como progressista, não tendo posição política definida. Parte tem sensibilidade social, mas isto acaba se canalizando em ações e atitudes assistencialistas e não-críticas. Esta segunda orientação da classe média é importante para a democracia, pois muitas destas pessoas podem migrar para posições socialmente mais críticas se for feito um trabalho com elas. Elas não são tão fechadas como as pessoas da primeira orientação.

A terceira orientação ideológica é fundamental para a democracia e, mais amplamente, para muitos movimentos sociais, projetos sociais e processos de mobilização crítica. Isto por que é desta orientação que provém a maioria dos mediadores críticos não-populares destes movimentos. Esta orientação é composta pelas pessoas com consciência de classe e grau variável de crítica à sociedade capitalista. Tem acesso razoável à cultura e aos meios de informação mais críticos, embora nem sempre sua criticidade se materialize em ações coletivas, pois às vezes se converte em pessimismo ou mesmo niilismo.

O que é o estado?

Outro aspecto importante para a reconstrução da democracia, e que foi preciso discutir com os agentes dos movimentos sociais durante estes anos, é a questão do estado. Um estado forte, transparente e com intensa participação popular é um elemento importante para a democracia. Como sabemos, o estado é uma instituição social, aliás, é uma megainstituição, uma superinstituição. No campo progressista, há diferentes interpretações teóricas e, também, na prática política, sobre o que é o estado. Contudo, duas prevalecem neste campo, e elas entram em colisão.

Em uma delas, o estado é conceituado como um ente promotor da violência, da exclusão social e inerentemente opressor. Este conceito, nascido em parte das importantes análises de Marx (1998) sobre o Estado burguês e também de conceituações anarquistas, acabou por atribuir ao Estado um caráter estruturalmente violento e classista, ou seja, este caráter é estrutural, ontológico, e não histórico: não há possibilidade de o estado produzir igualdade e justiça social. Isto provoca nos militantes e em outros cidadãos que já possuem alguma politização, uma desconfiança ou até mesmo ódio contra qualquer iniciativa estatal.



Em uma outra interpretação o estado é concebido, às vezes pelos mesmos militantes e cidadãos, como ente promotor da cidadania e de políticas públicas. Isto explica, nos diversos movimentos sociais no Brasil e na América Latina, a defesa de bandeiras como educação, saúde, segurança pública e geração de renda promovidos pelo Estado e não pelo capital privado. Nesta interpretação, o Estado é visto como um ente promotor de direitos e, portanto, algo defensável.

Mas, afinal o que é o Estado? No projeto de extensão foi defendido que o Estado não é inerentemente opressor nem libertador. Assim como a arte, a ciência e a cultura, inclusive a cultura popular, o caráter opressor ou libertador do estado depende de quem o controla, e com que finalidades; e de como estas finalidades atendem ou não às necessidades e direitos da população.

Conceituando desta forma, entenderemos porque muitas vezes o estado, mesmo os estados latino-americanos, com forte histórico autoritário, age em prol de direitos da população e contra privilégios de elites, inclusive usando a força. Entenderemos, por exemplo, porque o poder judiciário exigiu a derrubada de uma cerca que um resort havia colocado na praia, impedindo o acesso à comunidade local, pobre e negra, no Litoral Norte da Bahia nos anos 1990. Entenderemos, também, porque o exército boliviano ocupou as fábricas de hidrocarbonetos no país e obrigou os grupos empresariais a entregá-las ao estado, após sua nacionalização no primeiro mandato do governo Evo Morales (2006-2010).

O uso da força pode ser legítimo ou não, do ponto de vista da democracia. Será legítimo, como nos dois exemplos citados, quando garante direitos e necessidades básicas de todos os seus cidadãos, especialmente aqueles que estão em condições mais vulneráveis, e quando destrói privilégios. E será o uso da força ilegítimo quando age com finalidades que não sejam estas. Assim, podemos definir a categoria opressão: qualquer poder que impede o usufruto de direitos e a satisfação de necessidades básicas de qualquer grupo social e que é usado para garantir privilégios.

Mas o que resta então ao estado? Se não é inerentemente opressor e nem libertador, o que ele é inerentemente? Ou seja, quais são às características estruturais do estado, aquelas que qualquer estado tem, seja ele ditatorial, socialista-burocrático, democracia representativa ou democracia participativa? Os estados, pelo menos os contemporâneos, parecem ter apenas três características, sem as quais não há estado:

- 1) Todo estado é um ente de uso da força; suas leis são obrigatórias e não opcionais; como vimos, estas leis podem ser mais ou menos legítimas do ponto de vista ético-



político, ou seja, do atendimento aos direitos humanos e às necessidades básicas de todos os seus cidadãos.

- 2) Todo estado é um ente legislador e administrativo; cria as leis e administra a sociedade a nível macro, federal, estadual e municipal, com a participação maior ou menor dos cidadãos.
- 3) O estado é prestador de serviços públicos, e o instrumento fundamental para isto são as políticas públicas; mesmo nas políticas neoliberais, quando as políticas públicas são reduzidas e transferidas de forma ilegítima para a iniciativa privada, ainda assim, algumas destas políticas permanecem no estado, pois são intransferíveis: criação de leis, sistema judiciário, infraestrutura, planejamento estratégico.

A democracia participativa

Foi trabalhado intensamente com os agentes sociais a reconstrução da democracia no Brasil, para que ela volte pelo menos aos frágeis e precários níveis de cidadania anteriores ao governo Temer (2016-2018). Contudo, tensionamos a reflexão e projetamos uma radicalização da democracia representativa além dos níveis pré-2016. Este aprofundamento da democracia representativa, com mais intensa participação popular, levaria no nosso entendimento, à democracia participativa. Dado o seu valor como norte para as lutas por cidadania e para a superação da democracia representativa, podemos aqui falar algo sobre ela.

Além disso, a democracia participativa seria uma salvaguarda, um escudo parcial para enfraquecer futuras incursões da extrema-direita ao poder. Isto porque esta modalidade de democracia estabelece formas intensas de participação popular no poder. Inversamente, promove junto com a sociedade civil a efetivação de direitos na base da sociedade, com aqueles que há 500 anos vem sendo excluídos na América Latina. Isto enfraquece a base social da extrema-direita, que soube se nutrir das carências materiais, do desespero existencial e da falta de identificação com o bem comum que foram construídas em parte da população e da classe média.

Estas carências foram produzidas pela escassez de políticas públicas nas áreas de educação crítica, cultura, habitação, geração de renda, segurança pública cidadã. A base subjetiva da extrema-direita, que o bolsonarismo sabe alimentar com maestria, foi construída socialmente: ninguém nasce fascista, como também ninguém nasce racista. Crianças pequenas, negras e brancas, de famílias não-racistas, brincam juntas na escola sem nenhum preconceito.



Paradoxalmente, a democracia participativa apresenta características, ao menos em parte, semelhantes mesmo em países com trajetórias históricas bem diferentes. Este é o caso por exemplo da Bolívia no governo de Eva Morales (2006-2019) e o Equador da Revolução Democrática (2008-2017), de um lado, e os países onde a social-democracia foi mais radicalizada, como Bélgica, Holanda, Dinamarca e países escandinavos.

Estas características da democracia participativa seriam: estado forte, transparente, atuante e sob forte controle da sociedade civil organizada; cidadão com alta escolaridade, participativo e com forte noção do bem comum e da importância da esfera pública; escolaridade e cultura com viés crítico e conectadas à noção de cidadania; economia vigorosa, mas sob planejamento estatal; sistema tributário mais centrado na renda e no patrimônio do que no consumo, com a tributação altamente progressiva; respeito à diversidade, seja étnico-racial, de gênero ou cultural; não são países com política externa belicista nem imperialista. A democracia participativa é um esforço de parte da população e da classe média mais engajada para retirar a democracia dos braços do capitalismo e mesmo da modernidade.

É importante ressaltar, contudo, que nos países europeus citados o modelo social-democrata radical de democracia participativa está bastante consolidado, não obstante alguns ataques e avanços parciais, seja dos neoliberais seja da extrema-direita. Já no caso da Bolívia e Equador, em parte devido à herança deixada pela opressão colonial, se tratam de experiências iniciais ainda de construção da democracia participativa. Elas envolvem uma mudança de rota histórica bem acentuada em relação ao projeto político que as elites pós-coloniais e capitalistas têm para estes países. Em termos de democracia participativa na América Latina, as experiências recentes da Bolívia e Equador são riquíssimas. No entanto, se poderá contra-argumentar, elas findaram: o governo Evo Morales, em 2019, por um golpe legislativo e Rafael Correa, em 2017, por uma escolha equivocada do candidato da frente progressista (Lenin Moreno).

Mas estas duas experiências democrático-participativas produziram um aumento de qualidade de vida e desenvolvimento humano da população que deixaram frutos. Eles permitiram a retomada de políticas mais participativas nestes dois países, logo em seguida. Em 2020, as forças progressistas, pelo voto, retomaram o controle do legislativo e elegeram um presidente progressista (Luiz Arce) na Bolívia. No mesmo ano, as forças populares no Equador não conseguiram eleger o presidente, por pequena porcentagem. Mas elegeram um congresso progressista, que tem forte impacto nas políticas públicas do país e prepara o terreno para o sucesso de candidaturas populares nas próximas eleições.



Entretanto, algumas questões se colocam à democracia participativa e seria importante analisá-las aqui. A primeira delas é a seguinte: é possível a democracia participativa em sociedades com economia capitalista?

Países com social-democracia radicalizada, como Holanda ou Suécia, parecem já ter respondido isto. Lá, a economia é capitalista... em termos. Pois, embora exista a economia de mercado, este mercado sofre regulação estatal e os impostos pagos pelas empresas são rigorosamente cobrados, dificultando a sonegação. Isto ocorre devido a existência de um estado forte, sob um controle social expressivo da população. A sociedade civil é forte e mais organizada do que nos países que não tem democracia participativa. Por outro lado, parte expressiva da população tem uma noção de cidadania forte e participa de conselhos e fóruns de controle social.

Não podemos esquecer, por exemplo, que a Suécia já teve muitas desigualdades sociais e foi, a partir delas, que se construiu a democracia participativa. No fim do século 19, os trabalhadores suecos iam à Dinamarca ou ao norte da Alemanha para conseguir trabalho e escapar da fome. Além de textos científicos, isto pode ser bem visto no filme “Pelle, o conquistador”, de Bille August, de 1987.

A segunda questão colocada à democracia participativa diz respeito ao fato deste regime aproximar o poder de estado ao cidadão, permitindo que o povo participe mais da gestão pública. Neste sentido, supera um grande problema da democracia representativa. No entanto, como seria esta gestão compartilhada com o povo, se parte da nossa população tem valores machistas, racistas, homofóbicos, individualistas? Se desde a colônia foi excluída do poder de estado e não está orientada para atenção ao bem comum e à coisa pública? Se os direitos humanos não são valores que orientam suas condutas?

Não obstante estas questões que a democracia participativa levanta, ela é a melhor e socialmente mais justa opção à democracia representativa, superando inclusive a opção pelo socialismo burocrático. Este afasta o povo do poder, e o verdadeiro sujeito político é o partido comunista e suas elites burocráticas.

Críticas honestas e construtivas ao socialismo burocrático fazem parte da reflexão política democrática. Inclusive para “puxar” o socialismo em direção à democracia participativa, tornando-o mais radicalmente democrático e menos burocrático (Mogilka, 2014). Contudo, às vezes, as críticas ao socialismo não são justas, por exemplo, comparam países com regime socialista burocrático, como China e Cuba, com países capitalistas como Estados Unidos. A comparação para ser justa, deve levar em conta alguns critérios:



- 1) A comparação não pode ser direta devido às especificidades dos países: por exemplo, Cuba tem 11 milhões de habitantes, Estados Unidos 340 milhões e China 1,45 bilhões, além das diferenças de constituição histórica e riquezas naturais.
- 2) A comparação, portanto, não pode levar em conta apenas a qualidade de vida da população nos países capitalistas e socialistas, mas também a qualidade de vida antes e depois da instalação do regime socialista. E, neste caso, vemos que a qualidade de vida da população melhorou sensivelmente na China e em Cuba com o fim do capitalismo, como mostram os indicadores sociais antes e depois.
- 3) Contudo, são regimes onde a maior parte da população não participa da política nem controla o estado, que está nas mãos do partido comunista e suas elites burocráticas.
- 4) Por isto, paradoxalmente, estes regimes se aproximam neste ponto – participação popular na política – dos regimes de democracia representativa como Brasil e EUA, por exemplo. Isto não é por acaso, os socialismos burocráticos se construíram apoiando-se nas estruturas subjetivas já existentes, construídas pelo colonialismo e depois capitalismo. Os socialismos burocráticos não fizeram um investimento no desenvolvimento humano da população para que esta se capacitasse para exercer e compartilhar o poder.

A melhor opção para superar este estado de coisas seria a democracia participativa, o regime em que o povo, geralmente, encontra as condições para seu desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano da população é simultaneamente condição e consequência da democracia participativa. Este desenvolvimento é que permite à população exercer o controle coletivo efetivo, baseado nos direitos humanos, sobre o estado e a sociedade. Isto ocorre na democracia participativa de forma mais direta e horizontal, a representação continua existindo, pois é irreversível em sociedade com grandes populações como as contemporâneas. Na democracia participativa:

- a) Parte das decisões políticas que na democracia representativa são exclusivas dos representantes (legislativos, prefeitos, governadores, etc.), passam a ser feitas diretamente pelos cidadãos através de conselhos populares, assembleias locais, plebiscitos, consultas populares com poder deliberativo e não apenas consultivo.
- b) Há mais controle dos representados sobre os representantes, seja na forma de conselhos populares de controle constante, como conselhos fiscais, que monitoram os tribunais de controle das contas públicas (TCU, TCE), seja na forma de *impeachment* de gestores, legisladores ou juízes que não estejam respeitando



as leis ou não estejam trabalhando para o bem comum, para os direitos e para as necessidades básicas da população.

Finalizando, poderíamos colocar aqui alguns princípios que poderiam contribuir para reconstrução da democracia no Brasil e mesmo para a construção da democracia participativa, em consonância com as análises feitas durante a realização do projeto de extensão. Em textos anteriores (Mogilka, 2019, 2020), analisamos uma possibilidade de reconstrução do campo progressista no Brasil, um dos fatores mais importantes, junto com o desenvolvimento humano da população, para a reconstrução da democracia. Sintetizando, a reconstrução do campo progressista envolveria quatro processos interligados:

- 1) Transformações nas relações de poder internas às organizações progressistas (movimentos sociais, sindicatos, diretórios acadêmicos, grêmios escolares, associações de bairro, partidos de esquerda, ONG's críticas, etc). Estas relações de poder precisam ter um caráter mais horizontal, participativo e basista, evitando o dirigismo e o caciquismo. Estas transformações envolvem mudanças nas subjetividades dos agentes políticos progressistas.
- 2) União das esquerdas: trabalho conjunto e solidário das organizações progressistas entre si e com organizações de centro-esquerda e instituições não propriamente políticas, como CNBB, ABI, OAB, etc. Esta atitude integrativa com outras organizações exige que as organizações progressistas coloquem direitos e necessidades da população acima de seus objetivos programáticos específicos.
- 3) Transformações nas formas de lidar com a população, especialmente as mais pobres, migrando das atuais formas predominantemente dirigistas e verticais para relações de poder mais horizontais, basistas e efetivamente democrático-participativas.
- 4) Volta a um intenso trabalho de base com a população, construindo projetos políticos de libertação locais, regionais ou nacionais: estes projetos políticos precisam ser construídos com a população, e não para ela. Isto exige das organizações progressistas coragem para compartilhar o poder e lidar com possibilidades de futuros imprevisíveis, algo que não é muito fácil para as subjetividades modernas.

Quando as forças progressistas se unem e estabelecem algum diálogo com o povo, aumentam muito suas chances de acesso ao poder. Vimos isto no segundo semestre de 2020, mais uma vez, com a ascensão de governos progressistas na Argentina e na Bolívia. Estes dois



importantes fatos políticos devem ser agregados à aprovação por plebiscito popular, de uma assembleia nacional constituinte no Chile e a aprovação do candidato democrata nos EUA. Em 2021, tivemos a aprovação de um candidato progressista no Peru, Pedro Castillo. Isto é muito significativo, pois Colômbia e Peru têm tido campos progressistas frágeis nas últimas décadas. Com estes diversos fatos, poderíamos talvez já estar vislumbrando o esgotamento da onda de governos fascistas no mundo?

Referências

COSTA, Eduardo Alves da. **No Caminho, com Maiakóvski**. São Paulo: Geração, 1992.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Difel, 1998.

MOGILKA, Maurício. Ascensão da extrema-direita e reconstrução do campo progressista no Brasil. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 13, n. 4, p. 373-474, jul./dez. 2020.

MOGILKA, Maurício. Governos progressistas na América Latina e seus impasses em contexto neoliberal. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 12, n. 2, p. 75-87, jul./dez. 2019.

MOGILKA, Maurício. Repensar a democracia. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v.7 n. 1, p. 61-81, jan.-jun. 2014.

Recebido: 12.12.2023

Aceito: 01.07.2024

Publicado: 21.08.2024



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Revista Extensão & Cidadania, v. 12, n. 21, p. 23-42, jan./jun. 2024.

DOI: <https://doi.org/10.22481/recuesb.v12i21.14125>

ISSN 2319-0566